

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

219 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 28 de outubro a 8 de novembro de 2024

1. AUDIÇÕES DOS COMISSÁRIOS INDIGITADOS	1
2. CONSELHO EUROPEU INFORMAL - BUDAPESTE	3
Reunião informal do Conselho Europeu	3
Reunião da Comunidade Política Europeia	4
3. COMISSÃO EUROPEIA - PACOTE DE ALARGAMENTO 2024	5
4. REFORÇAR A PREPARAÇÃO E A PRONTIDÃO CIVIL E MILITAR DA EUROPA	6
5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - COSAC	6
6. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	7
Eurogrupo	7
Conselho de Assuntos Económicos e Financeiros	7
7. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8
Cooperação interparlamentar	8

1. AUDIÇÕES DOS COMISSÁRIOS INDIGITADOS

Tal como demos nota nas Sínteses anteriores, iniciaram-se esta semana **as audições dos Comissários designados no Parlamento Europeu (PE), que se realizarão de 4 a 12 de novembro**. O primeiro a ser ouvido foi *Maroš Šefčovič*, que será responsável pelas relações com o Parlamento Europeu (e Parlamentos nacionais). No último dia, 12 de novembro, serão ouvidos todos os vice-presidentes executivos e a Alta Representante para a Política Externa e de Segurança/Vice-Presidente.

O PE tem disponibilizado uma síntese informativa de cada uma das audições realizadas, que enunciamos de seguida¹ (para cada audição, clicar no link para o candidato, onde está disponível um pacote informativo que inclui uma nota do think tank do PE sobre a carta de missão de cada Comissário):

- [Audição de Piotr Serafin](#), candidato polaco à pasta do orçamento, da luta antifraude e da administração pública;
- [Audição de Valdis Dombrovskis](#), candidato letão à pasta da Economia e Produtividade, Implementação e Simplificação;
- [Audição de Wopke Hoekstra](#), comissário indigitado para o Clima, Zero Líquido e Crescimento Limpo;
- [Audição de Marta Kos](#), candidata à pasta do Alargamento;
- [Audição de Olivér Várhelyi](#), candidato húngaro à pasta da Saúde e do Bem-Estar Animal;
- [Audição de Andrius Kubilius](#), candidato lituano à pasta da Defesa e do Espaço;
- [Audição de Costas Kadis](#), candidato cipriota à pasta das Pescas e Oceanos;
- [Audição de Jozef Síkela](#), candidato checo à pasta das Parcerias Internacionais;
- [Audição de Hadja Lahbib](#), candidata belga à pasta da Preparação, Gestão de Crises e Igualdade.
- [Audição de Jessika Roswall](#), candidata sueca à pasta do Ambiente, da Resiliência da Água e de uma Economia Circular Competitiva;
- [Audição de Magnus Brunner](#), candidato austríaco à pasta dos Assuntos Internos e Migração.
- [Audição de Dan Jørgensen](#), candidato dinamarquês à pasta da Energia e Habitação.
- [Audição de Dubravka Šuica](#), candidata croata à pasta do Mediterrâneo, na terça-feira.
- [Audição de Michael McGrath](#), candidato irlandês à pasta da Democracia, Justiça e Estado de Direito;
- [Audição de Ekaterina Zaharieva](#), candidata búlgara à pasta das Startups, Investigação e Inovação.
- [Audição de Apostolos Tzitzikostas](#), candidato grego à pasta dos transportes sustentáveis e do turismo.
- [Audição de Christophe Hansen](#), candidato luxemburguês à pasta da Agricultura e Alimentação;
- [Audição de Maroš Šefčovič](#), candidato eslovaco para o Comércio e Segurança Económica/Relações Interinstitucionais e Transparência;
- [Audição de Glenn Micallef](#), candidato maltês à pasta da Equidade Intergeracional, Juventude, Cultura e Desporto.

Até ao momento, apenas [Olivér Várhelyi](#), candidato húngaro, não obteve a validação inicial de ⅔ da **Comissão parlamentar responsável**, tendo sido solicitado que respondesse a uma segunda ronda de perguntas escritas (detalhe do Politico [aqui](#)).

O *Politico* apresenta também uma cobertura detalhada de cada uma das audições, disponível [aqui](#), e uma primeira análise das performances de cada candidato, [aqui](#).

No que diz respeito à Comissária designada portuguesa, **Maria Luís Albuquerque**, teve a sua audição no dia 6 de novembro, estando o detalhe disponível aqui: [Audição da Comissária indigitada Maria Luís Albuquerque](#).

¹ Fonte: Serviço de imprensa do PE.

A documentação relativa à audição está disponível em:

- [Documentos oficiais: Maria Luís Albuquerque](#)
- [Material multimédia: Audição de confirmação de Maria Luis Albuquerque, comissária indigitada para os Serviços Financeiros e a União de Poupança e Investimento](#)
- [Nota informativa do PE sobre a missão de Maria Luis Albuquerque](#)



Na sua [declaração de abertura](#) durante a audição de confirmação para o cargo de Comissária Europeia para os Serviços Financeiros e a União da Poupança e do Investimento, Maria Luís Albuquerque delineou as suas principais prioridades estratégicas:

1. **Reforço da Estabilidade Financeira:** Albuquerque enfatizou a importância de fortalecer a resiliência do sistema financeiro europeu, de modo a prepará-lo para enfrentar potenciais choques económicos futuros.
2. **Avanço da União dos Mercados de Capitais (UMC):** Destacou a necessidade de aprofundar e integrar os mercados de capitais europeus, facilitando o acesso ao financiamento para empresas e investidores em todos os Estados-Membros.
3. **Promoção das Finanças Sustentáveis:** Comprometeu-se a alinhar as políticas financeiras com os objetivos de sustentabilidade da UE, incentivando investimentos que apoiem metas ambientais e sociais.
4. **Proteção do Consumidor:** Sublinhou a necessidade de salvaguardar os interesses dos consumidores no setor financeiro, incluindo a literacia financeira, a transparência e a equidade nos produtos e serviços financeiros.
5. **Aproveitamento da Transformação Digital:** Reconheceu o papel da inovação digital nos serviços financeiros, defendendo uma abordagem equilibrada que promova a inovação, ao mesmo tempo que mitiga os riscos associados.

Na audição, comprometeu-se a trabalhar para garantir a estabilidade e integridade do sistema financeiro da UE como base para uma economia europeia forte e competitiva. Prometeu ainda concretizar a União de Poupança e Investimento, uma supervisão transfronteiriça coerente e mais oportunidades de financiamento do investimento. No que respeita à melhoria da competitividade da UE, a comissária indigitada tenciona centrar-se na garantia de um fluxo de capitais sem descontinuidades e na redução dos encargos burocráticos, especialmente para as PME. Além disso, anunciou que iria promover avanços na luta contra a criminalidade financeira, em especial o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, no âmbito da Autoridade da UE para o Combate ao Branqueamento de Capitais.

No período de debate, vários Deputados questionaram Maria Luís Albuquerque sobre a estabilidade financeira na UE e a competitividade do sistema bancário à luz do atraso na aplicação das normas internacionais do acordo Basileia III e da proteção dos depósitos (Sistema Europeu de Garantia Depósitos). Os Deputados interrogaram a comissária-designada sobre financiamento sustentável e os produtos de investimento ecológicos devidamente rotulados, salientando a importância dos investimentos privados nas transições ecológica e digital.

Em resposta, a comissária indigitada afirmou que incentivaria os parceiros internacionais a implementar Basileia III e comprometeu-se a melhorar a proteção dos depósitos europeus e a procurar um compromisso sobre o quadro de gestão de crises bancárias e de seguro de depósitos. Prometeu igualmente promover um quadro de financiamento sustentável, adequado aos participantes no mercado de menor dimensão, com menos requisitos de comunicação de informações e encargos administrativos.

Muitos Deputados mostraram-se preocupados com o papel crescente das instituições financeiras não bancárias na UE e apelaram à atenuação deste risco. Interrogaram-se igualmente sobre os riscos da titularização e sobre a forma de a tornar segura, para reduzir a dependência das empresas do sistema bancário para o financiamento de projetos. Solicitada a dar exemplos práticos de como impulsionar a União dos Mercados de Capitais, Maria Luís Albuquerque respondeu com sugestões para uma supervisão mais convergente e um tratamento fiscal mais harmonizado.

A audição integral está disponível [aqui](#) e a análise do *Politico* pode ser lida [aqui](#)

No final da audição, a presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, Aurore Lalucq, prestou declarações aos jornalistas, tendo a candidata portuguesa sido aprovada na Comissão ECON (Assuntos Económicos e Monetários), com mais votos do que a necessária maioria de dois terços.

Recordamos que o *think tank* do PE disponibilizou [aqui](#) um **conjunto de notas informativas com uma breve biografia de cada candidato**, bem como uma panorâmica da pasta e das principais questões e desenvolvimentos recentes no domínio político em causa.

A votação pelo PE do colégio completo de comissários (por maioria dos votos expressos, por votação nominal) está prevista para a **sessão plenária de 25-28 de novembro**, em Estrasburgo.

2. CONSELHO EUROPEU INFORMAL - BUDAPESTE

Reunião informal do Conselho Europeu

Nos dias 7 e 8 de novembro, teve lugar em Budapeste, um **Conselho Europeu informal** que, nos termos da carta de convite do Presidente Charles Michel ([aqui](#)), incluía os seguintes pontos na agenda:

- No jantar de quinta-feira, um **debate estratégico sobre as relações transatlânticas**, no rescaldo da realização das eleições presidenciais americanas a 5 de novembro. A discussão deveria ser centrada em três domínios: (i) *as relações bilaterais*, (ii) *a segurança e a geopolítica, nomeadamente a Ucrânia*, e (iii) *os desafios globais e a cooperação internacional, incluindo as alterações climáticas*;

- A situação na **Geórgia** na sequência das eleições;
- Troca de pontos de vista sobre a legislação israelita recentemente adoptada relacionada com a **UNRWA** que, a ser aplicada, a impossibilitará de cumprir o seu mandato. Discutiremos as consequências que poderão advir para as nossas relações com Israel.
- O reforço da nossa **competitividade**: na presença de Mario Draghi e da Presidente do BCE, Christine Lagarde, a discussão deveria centrar-se em estratégias concretas para inverter a atual trajetória da falta de competitividade e permitir que as empresas europeias prosperem - estratégias que promovam a inovação, aproveitem os pontos fortes do nosso mercado único e apoiem o crescimento sustentável.

Com maior detalhe, e no que diz respeito à competitividade, considera-se que, face a uma nova realidade geopolítica, a UE tem de reforçar a sua competitividade e prosperidade económica a longo prazo

Os dirigentes da UE debateram um **novo pacto para a competitividade para a Europa**, com vista a preparar a UE para o futuro e a torná-la mais autónoma, em consonância com os compromissos anteriormente assumidos nas declarações de Versalhes e de Granada e na Agenda Estratégica 2024-2029.

Com base no relatório de Enrico Letta intitulado «[Much more than a market](#)» (Muito mais do que um mercado) e no [relatório de Mario Draghi sobre o futuro da competitividade europeia](#), os dirigentes da UE centraram-se nos seguintes temas:

- *disparidades em matéria de inovação e produtividade*
- *medidas para reforçar o mercado único a curto e a médio prazo*
- *poupanças e investimentos*
- *renovação industrial e descarbonização*
- *prontidão em matéria de defesa*
- *esforços para tornar a economia mais circular*
- *investigação, inovação e tecnologias disruptivas*
- *soberania energética e neutralidade climática*

O detalhe da reunião está [aqui](#).

Reunião da Comunidade Política Europeia

No dia 7 de novembro, teve lugar a *quinta reunião da Comunidade Política Europeia* (detalhe [aqui](#)), em Budapeste. Os dirigentes debateram os desafios da Europa em matéria de segurança, nomeadamente a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a escalada em curso no Médio Oriente, a migração irregular e questões relacionadas com a segurança económica e a conectividade em termos de energia, transportes, tecnologias da informação e comércio mundial.

Foram convidados a participar nesta quinta reunião da Comunidade Política Europeia 47 chefes de Estado ou de Governo, provenientes dos seguintes países: *Estados-Membros da UE27, Albânia, Andorra, Arménia, Azerbaijão, Bósnia-Herzegovina, Geórgia, Islândia, Kosovo², Listenstaine, Moldávia, Mónaco, Montenegro, Macedónia do Norte, Noruega, São Marinho, Sérvia, Suíça, Turquia, Ucrânia e Reino Unido*.

Recorde-se que a Comunidade Política Europeia tem por objetivo promover o diálogo político e a cooperação para abordar questões de interesse comum, e reforçar a segurança, a estabilidade e a prosperidade do continente europeu. Até à data, a Comunidade Política Europeia reuniu-se quatro vezes.

- [Reunião da Comunidade Política Europeia, 6 de outubro de 2022](#)

² Esta designação não prejudica as posições relativas ao estatuto e está conforme com a Resolução 1244 (1999) do CSNU e com o parecer do TIJ sobre a declaração de independência do Kosovo.

- [Reunião da Comunidade Política Europeia, 1 de junho de 2023](#)
- [Reunião da Comunidade Política Europeia, 5 de outubro de 2023](#)
- [Reunião da Comunidade Política Europeia, 18 de julho de 2024](#)

A próxima reunião da Comunidade Política Europeia terá lugar na Albânia, na primavera de 2025.

3. COMISSÃO EUROPEIA - PACOTE DE ALARGAMENTO 2024

A Comissão Europeia adotou na passada semana o **seu pacote anual de alargamento** (detalhe [aqui](#)), que faz uma avaliação pormenorizada do ponto da situação e dos progressos realizados pela Albânia, a Bósnia-Herzegovina, o Kosovo, o Montenegro, a Macedónia do Norte, a Sérvia, a Geórgia, a República da Moldávia, a Ucrânia e a Turquia, relativamente aos seus percursos de adesão à UE. As avaliações são acompanhadas de recomendações e orientações sobre as prioridades em termos de reformas.

Recorde-se que o processo de alargamento ganhou uma nova dinâmica em 2023 e 2024. O capítulo «*princípios fundamentais*» foi aberto para a Albânia em 15 de outubro de 2024. Na primeira Conferência Intergovernamental, em junho de 2024, foram iniciadas as negociações de adesão com a Ucrânia e a Moldávia. O **Montenegro**, que cumpriu os marcos de referência intercalares para os capítulos relativos ao Estado de direito, está em **vias de encerrar provisoriamente novos capítulos de negociação**. Em março de 2024, o Conselho Europeu decidiu dar início às negociações de adesão com a Bósnia-Herzegovina. O processo de análise foi concluído com a Albânia e a Macedónia do Norte no final de 2023.

Apresentamos, abaixo, as hiperligações para o detalhe de cada um dos países. Importa, porém, notar que embora, em dezembro de 2023, o Conselho Europeu tenha concedido à **Geórgia** o estatuto de país candidato, o seu processo de adesão à UE foi interrompido de facto devido à linha de ação adotada pelo Governo georgiano desde a primavera de 2024. Em 26 de outubro de 2024, houve eleições legislativas no país e as conclusões preliminares da Missão Internacional de Observação Eleitoral conjunta liderada pelo Gabinete das Instituições Democráticas e dos Direitos Humanos da OSCE (OSCE/ODIHR) identificaram várias deficiências, que ocorreram num ambiente tenso e altamente polarizado. As deficiências comunicadas incluem, nomeadamente, as recentes alterações legislativas ao processo eleitoral, violações frequentes do sigilo de voto, incoerências processuais, intimidação e pressão sobre os eleitores que afetaram negativamente a confiança do público no processo. Estas observações preliminares confirmam a necessidade de uma reforma eleitoral abrangente, já salientada em recomendações fundamentais anteriores.

Por outro lado, refere-se que a **Turquia** é um país candidato à adesão e um parceiro fundamental da União Europeia. Contudo, as negociações de adesão com este país encontram-se num impasse desde 2018, em conformidade com a decisão do Conselho. Subsistem sérias preocupações nos domínios dos direitos fundamentais e do Estado de direito, incluindo a independência do poder judicial. O diálogo sobre o Estado de direito e os direitos fundamentais continua a ser parte integrante das relações UE-Turquia. Na sequência das orientações do Conselho Europeu de abril de 2024, as relações com a Turquia foram marcadas por um reatamento gradual do diálogo, tendo sido tomadas medidas concretas para intercâmbios construtivos sobre questões de interesse comum.

Para informações mais detalhadas, país a país:

- *Albânia:* [Relatório](#); [Ficha de informação sobre o país](#)
- *Bósnia-Herzegovina:* [Relatório](#); [Ficha de informação sobre o país](#)
- *Kosovo:* [Relatório](#); [Ficha de informação sobre o país](#)
- *Montenegro:* [Relatório](#); [Ficha de informação sobre o país](#)
- *Macedónia do Norte:* [Relatório](#); [Ficha de informação sobre o país](#)

- *Sérvia:* [Relatório](#); [Ficha de informação sobre o país](#)
- *Turquia:* [Relatório](#); [Ficha de informação sobre o país](#)
- *Ucrânia:* [Relatório](#); [Ficha de informação sobre o país](#)
- *Moldávia:* [Relatório](#); [Ficha de informação sobre o país](#)
- *Geórgia:* [Relatório](#); [Ficha de informação sobre o país](#)

4. REFORÇAR A PREPARAÇÃO E A PRONTIDÃO CIVIL E MILITAR DA EUROPA

Sauli Niinistö – antigo presidente da República da Finlândia e conselheiro especial da presidente da Comissão Europeia – foi incumbido pela presidente Ursula von der Leyen, juntamente com o alto representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança (AR/VP), de **elaborar um relatório de avaliação dos desafios complexos que a UE e os seus Estados-Membros enfrentam e de elaborar recomendações sobre a forma de reforçar a preparação e a prontidão civil e militar** da UE para futuras crises.

O detalhe está disponível [aqui](#) e o relatório pode ser lido [aqui](#), e sublinha a necessidade de uma nova abordagem ambiciosa e apresenta cerca de 80 recomendações para ações tanto a curto como a médio e longo prazo. O sumário executivo está disponível [aqui](#), bem como as [fichas informativas](#).

Considera-se que, uma vez que o panorama geopolítico e de segurança está a mudar drasticamente, é urgente reforçar a preparação da UE. A UE e os seus Estados-Membros enfrentam ameaças e crises cada vez mais multidimensionais, complexas e transfronteiriças. Deste modo, reforçar o grau de preparação irá ter um efeito dissuasor sobre os agentes que representam uma ameaça; riscos residuais mais baixos; abordar o sentimento de profunda incerteza entre os cidadãos; e contribuir para as condições prévias fundamentais da prosperidade económica e da competitividade.

No relatório, afirma-se que uma verdadeira preparação exigirá uma abordagem mais abrangente e integrada, e que todos os intervenientes militares e civis relevantes na resposta a situações de crise têm de estar plenamente prontos e capazes de responder de forma eficaz e sem descontinuidades.

No que diz respeito às próximas etapas, e tal como refletido nas orientações políticas e nas cartas de missão da presidente Ursula von der Leyen para o próximo mandato (2024-2029), as conclusões e recomendações do relatório contribuirão para o trabalho da próxima Comissão, fornecendo orientações para várias iniciativas futuras, incluindo a Estratégia de Preparação para a União e o Livro Branco sobre o Futuro da Defesa Europeia.

5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - COSAC³

Decorreu nos dias 27 a 29 de outubro, em Budapeste, a **LXXII COSAC (Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União)** organizada pela dimensão parlamentar da Presidência húngara do Conselho da União, que contou com a participação de uma delegação da Assembleia da República, composta pelos *Deputados da Comissão de Assuntos Europeus Telmo Faria (PSD) – chefe da delegação-, Ricardo Carvalho (PSD), Liliana Reis (PSD), Ana Mendes Godinho (PS), Ana Sofia Antunes (PS) e Pedro Correia (CH)*.

Da [agenda](#) da reunião constava a sessão de abertura, na qual participou o Presidente do Parlamento húngaro, László Kövér. No painel dedicado a questões de procedimento e assuntos diversos, a Presidência informou sobre os resultados da [reunião](#) da tróica presidencial da COSAC, seguindo-se a apresentação das [cartas](#) recebidas pela Presidência. Decorreu, ainda, a apresentação do [42.º relatório bianual da COSAC](#) pelo Membro Permanente do Secretariado da COSAC.

³ Ponto elaborado por Gonçalo Sousa Pereira, assessor da Comissão de Assuntos Europeus.

As sessões de trabalho incidiram sobre o «*Programa e resultados da Presidência Húngara do Conselho da União Europeia*», «*O Estado da União Europeia no ano de transição institucional e os 15 Anos de aplicação do Tratado de Lisboa*», «*Tendências demográficas europeias e respostas a nível nacional e europeu*» e a «*Segurança e Defesa Europeias*». Nos debates que se seguiram, os parlamentares destacaram, entre outros, preocupações quanto à **invasão russa na Ucrânia** e a **importante manifestação de apoio à Ucrânia**, a aceleração do **alargamento da União Europeia**, a necessidade de **combater a migração ilegal**, a pertinência de se apostar mais na **competitividade europeia**, o maior **envolvimento dos Parlamentos nacionais** no processo de construção europeia, maior cooperação entre os Parlamentos nacionais na análise do cumprimento do princípio da subsidiariedade, a importância do **novo ciclo institucional europeu para lidar com os desafios atuais**, nomeadamente, a necessidade de **uma economia mais competitiva**, a **defesa do Estado Social Europeu** e **uma nova política de Segurança e Defesa**, o impacto institucional positivo que o Tratado de Lisboa deu ao papel dos Parlamentos nacionais, o **necessário combate à crise demográfica** com medidas de apoio às famílias e importância da migração no crescimento da Europa, a pertinência de se apostar na qualificação das populações, o avanço da autonomia estratégica militar europeia e o investimento na indústria militar europeia e a necessária revisão das políticas de segurança e defesa europeias considerando as ameaças externas causadas pela guerra na Ucrânia e no Médio Oriente.



Na sessão de encerramento, procedeu-se à adoção das [contributos da LXXII COSAC](#), que, para além das temáticas da reunião, versaram ainda sobre os resultados preliminares das missões de observação eleitoral na Geórgia. Toda a documentação referente à reunião bem como a respetiva reprodução integral está disponível [aqui](#).

6. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Eurogrupo

Realizado a [4 de novembro](#), fez o balanço da evolução e das perspetivas macroeconómicas mais recentes, incluindo a evolução da inflação, e tomou conhecimento dos resultados dos debates realizados nas reuniões anuais do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial em Washington. Os ministros dos países que participam na união bancária assistiram a uma apresentação dos presidentes do Mecanismo Único de Supervisão e do Conselho Único de Resolução no âmbito dos seus relatórios semestrais. Os ministros adotaram uma declaração formal sobre a [competitividade da economia europeia – Declaração do Eurogrupo em formato inclusivo \(comunicado de imprensa, 4 de novembro de 2024\)](#). Os ministros continuaram a seguir a implementação da declaração do Eurogrupo em formato inclusivo sobre o futuro da União dos Mercados de Capitais, em consonância com o roteiro de alto nível aprovado em maio de 2024.

Conselho de Assuntos Económicos e Financeiros

Teve lugar a 5 de novembro, e os principais resultados estão disponíveis [aqui](#), incluindo um acordo sobre as propostas legislativas relativas ao IVA, o balanço da execução do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), e sobre a situação económica e orçamental na Ucrânia, nomeadamente sobre a execução do

Mecanismo para a Ucrânia e sobre o estado da execução do recente acordo do G7 relativo a um empréstimo adicional de 50 mil milhões de dólares (45 mil milhões de euros) à Ucrânia,

7. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada ao trabalho das [Comissões parlamentares do PE](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [13 de novembro](#).

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, estando prevista para o dia 15 de novembro uma reunião do [Conselho \(Assuntos Económicos e Financeiros\) sobre Orçamento](#).

Cooperação interparlamentar

No âmbito da dimensão parlamentar da Presidência húngara da UE, terá lugar em Bruxelas, no dia 12 de novembro, a 15.ª reunião do **Grupo Parlamentar de Controlo Conjunto da Europol**. Durante a reunião, os Deputados europeus e nacionais irão debater as actividades da Europol em 2024 e o seu projeto de documento de programação plurianual 2025-2027 com a Diretora Executiva da Europol, Catherine De Bolle, e o Presidente do seu Conselho de Administração, Peter De Buysscher. Em sessões de escrutínio, debaterão também a proteção de dados, os direitos fundamentais, o impacto da guerra na Ucrânia, a migração irregular e a luta contra a cibercriminalidade, incluindo a inteligência artificial. A delegação da AR será composta pelos **Srs. Deputados Paulo Moniz (PSD), José Luís Carneiro (PS) e Bernardo Blanco (IL), pela Comissão de Assuntos Europeus, e Nuno Gabriel (CH), pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.**

Madrid | 8 de novembro de 2024

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).